

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Thiago Bittencourt Machado

DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E
AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURA CURRICULAR

Porto Alegre

2014

Thiago Bittencourt Machado

DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E
AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURA CURRICULAR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Escola de Educação
Física da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em
Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Denise Grosso da Fonseca

Porto Alegre

2014

Thiago Bittencourt Machado

DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E
AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURA CURRICULAR

Monografia de conclusão de curso,
apresentada na disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso II da Escola Superior
de Educação Física da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito para a obtenção do grau de
Licenciatura em Educação Física.

Professora orientadora: Denise Grosso da Fonseca

Conceito final: _____

Aprovado em ____ de _____ de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Orientadora- Prof.^a. Denise Grosso da Fonseca

Porto Alegre
2014

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter permitido essa grande vitória e por ter colocado pessoas tão especiais na minha vida. Por ter me ouvido nos momentos de orações acalmando minhas angustias.

Agradecer meu pai, Paulo Gilson Machado, que foi o grande incentivador dessa graduação desde o início, pois sabe o quanto é importante, e que sem ele nada disso teria acontecido. Obrigado Pai.

Minha progenitora Vera Quadros Bittencourt e o “tio” Aildo da Cunha Rocha, meu segundo pai, por estarem sempre dispostos a me ajudarem de alguma forma.

Alexandre, meu filho, obrigado por me divertir, brincando ou dando risadas, fazendo com que eu esquecesse um pouco dos problemas e responsabilidades da vida, te amo filho.

Meu irmão, Diego Machado, que tem um coração incrível, obrigado por ser meu irmão, e principalmente o tio do meu filho.

A Ariane Carvalho, uma mulher incrível, uma pessoa de paz, que apesar do pouco tempo juntos sempre me tranquilizou nos momentos de aflição.

A Dona Clarice Carvalho, Paulo Vargas e Douglas Carvalho, uma família muito especial, minha nova família, pessoas que me trataram com muito carinho e importância, tendo sempre a compreensão de entender o quanto esse projeto era importante.

Gostaria também de agradecer minha orientadora Denise Grosso da Fonseca, que foi uma pessoa incrível durante todo o processo desse trabalho, se dedicando e tendo uma enorme paciência com as minhas dificuldades, uma pessoa que criei uma admiração enorme.

Meus grandes amigos de estrada, Alex Veríssimo, Jaime da Rosa, Vinícius Gonçalves e Vinícius Rosa. Minha eterna chefe, Andrea Soletti Perez, uma pessoa muito querida, que me possibilitou aprender o quanto as pessoas são importantes, independente de sua posição profissional.

E a todas as pessoas que não citei, mas que de alguma forma somaram na minha vida e nesse projeto.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as principais dificuldades dos professores de Educação Física do Ensino Médio da rede Estadual do Rio Grande do Sul e quais as estratégias utilizadas para superá-las, bem como verificar as implicações da implantação da reforma curricular nas dificuldades identificadas. É uma investigação de natureza qualitativa, realizada através de estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas e observações das aulas com registro em diários de campo. A revisão bibliográfica compreende aspectos legais como a LDB, Diretrizes Curriculares e Proposta Pedagógica e artigos que enfocam a temática das dificuldades enfrentadas pelos professores durante seu cotidiano dentro da escola e outros aspectos que influenciam no seu processo docente. A partir da análise dos dados, foram constatadas algumas dificuldades como: falta e precariedade de material, desvalorização salarial e carga horária excessiva, roupa inadequada, dispensas, bem como o trabalho com a avaliação e por área, presentes na nova proposta. Tais questões foram discutidas à luz dos documentos legais, bem como dos autores que subsidiam o estudo.

Palavras chave: Ensino Médio Politécnico, Educação Física, Dificuldades Docentes

ABSTRACT

This study aims to understand the main difficulties of the physical education teachers of the High School State Network of Rio Grande do Sul and the strategies used to overcome them, as well as to study the implications of the implementation of the curriculum reform of the difficulties identified. It is a qualitative research, carried out through a case study, with semistructured interviews and observations of lessons with diaries field. The literature review includes legal aspects as LDB, Curriculum Guidelines and Proposal Pedagogical and articles that focus on the theme of the difficulties faced by teachers in their daily lives within the school and other aspects that influence their teaching process. From the data analysis, we observed some difficulties such as lack and scarcity of material, wage depreciation and excessive workload, inadequate clothing, layoffs, as well as work with the evaluation and area, present the new proposal. These issues were discussed in the light of legal documents, as well as the authors subsidize the study.

Keywords: Polytechnic High School, Physical Education, Faculty Difficulties

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SEDUC	Secretaria da Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3 REFERENCIAL CURRICULAR	11
3.1 ASPECTOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS.....	11
3.1.1 Lei de Diretrizes e Bases	11
3.1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	13
3.1.3 Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014 do RS .	13
3.1.4 Referencial Curricular de Educação Física do Rio Grande do Sul ...	13
3.2 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA	18
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4.1 PROBLEMAS DA PESQUISA.....	22
4.2 MÉTODOS DE ABORDAGEM.....	22
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	23
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	24
4.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	24
5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	26
5.1 PRINCIPAIS DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS	26
5.2 RELAÇÕES COM A NOVA PROPOSTA DO ESTADO	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	45
APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO À ESCOLA	47
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL	48
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	50

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da minha graduação, no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vi e ouvi vários graduados e graduandos na área, reclamarem da escola e de trabalharem em escolas. Além disso, percebi uma parcela significativa dos professores de educação física, trabalhando em áreas totalmente distintas da que estudaram e se habilitaram a exercer. É fato, e não podemos negar a crise que nosso sistema educacional vem passando nos últimos anos. A falta de incentivo, investimento e apoio político, nos remetem a uma educação defasada, em que a qualidade de ensino deixa a desejar. Crise essa, que reflete diretamente no trabalho dos docentes nas escolas públicas. Além disso, nosso professorado hoje assume muito mais do que é de sua competência, em muitos casos cumprindo funções e enfrentando situações incompatíveis com a atividade docente. As inúmeras dificuldades e problemas historicamente existentes nas escolas públicas já se tornaram fato comum no cotidiano de professores e alunos.

Nesse contexto, a Educação Física, componente curricular da educação básica, também sofre com problemas que atingem a educação de um modo geral. Cursei o ensino médio em uma escola pública estadual de Porto Alegre e durante minha passagem nessa escola, de 2001 a 2003, percebi inúmeros problemas/dificuldades nas aulas de educação física, dentre as quais destaco:

- Falta de infraestrutura: havia um ginásio e uma quadra externa, mas quando chovia o ginásio ficava superlotado, se tornando inviável a prática de qualquer atividade física organizada;
- Aulas em turno contrário das demais disciplinas: essa organização de horário dificultava o retorno dos alunos que residiam distante da escola e ocasionava um índice elevado

de evasão nesta disciplina, principalmente daqueles que já trabalhavam;

- Falta de planejamento das aulas: a organização das aulas era feita pelos próprios alunos, eles que se dividiam nas equipes das diversas modalidades esportivas oferecidas e determinavam as regras. Percebi que faltava um objetivo pedagógico a ser alcançado.

Além das questões citadas, o Estado do Rio Grande do Sul – RS está passando por um processo de reestruturação curricular no Ensino Médio, com a implementação da **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico para e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 - 2014** que promove/propõe importantes alterações no projeto pedagógico das escolas de ensino médio. Ao longo do texto, ao nos referirmos à proposta utilizaremos a expressão Proposta de Reestruturação Curricular.

Tais constatações me instigam a questionar: - Quais são as principais dificuldades enfrentadas hoje pelos professores de Educação Física no Ensino Médio e quais as estratégias utilizadas para superá-las? - Diante da implantação de uma reforma curricular para o Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul, como a Educação Física se insere nesse projeto?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as principais dificuldades dos professores de educação física do ensino médio e quais as estratégias utilizadas para superá-las, bem como verificar as implicações da implantação da reforma curricular nas dificuldades identificadas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a organização curricular de Educação Física na escola.
- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Física.
- Conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para superar as dificuldades.
- Analisar como a Educação Física se insere na nova proposta pedagógica do ensino médio, buscando compreender as dificuldades decorrentes das mudanças.

3 REFERENCIAL CURRICULAR

3.1 ASPECTOS LEGAIS E PEDAGÓGICOS

3.1.1 Lei de Diretrizes e Bases

Ao longo da história educacional brasileira, encontramos três versões da LDB: a primeira foi criada em 20/09/1961, e sancionada pelo presidente João Goulart. Em 11 de setembro de 1971, durante a ditadura militar, foi sancionada pelo presidente Emilio G. Médici a segunda versão da LDB, sob o nº 5692/1971. A LDB foi mencionada pela primeira vez na constituição de 1934.

A atual versão que foi criada em 1996, também no dia 20 de setembro (como a primeira) desde sua promulgação vem moldando o modelo de educação no Brasil. Sob o número 9394, estabelece as diretrizes e bases da educação instituindo princípios, direitos, organização e níveis da educação nacional.

De acordo com seu artigo 2º, a educação escolar é composta pela Educação Básica e Superior, sendo que a Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esta lei prevê outras formas de educação como a Educação Profissional técnica de ensino médio e a EJA, Educação de Jovens e Adultos.

A seção IV, diz respeito específico ao ensino médio, indicando a duração mínima e suas principais finalidades, no artigo 35, e as diretrizes que orientam a organização curricular no artigo 36.

Assim, o artigo 35 estabelece que o ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos e terá como finalidades:

- I. A consolidação e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

- IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Em relação ao artigo 36 que trata das diretrizes do currículo do ensino médio observa-se a importância atribuída à ciência e a tecnologia e aos processos históricos que perpassam as transformações sociais, em consonância com o desenvolvimento do conhecimento das artes e da comunicação, elementos indissociáveis para o pleno exercício da cidadania, através do seu inciso I:

- I. Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado de ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

O inciso II, faz referência à prática pedagógica destacando a importância de metodologias de ensino e de avaliação que possibilitem ao aluno ser sujeito das ações educativas:

- II. Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa do aluno

O artigo 26 da LDB parágrafo 3º trata especificamente da disciplina de educação física. Tal aspecto não é específico do Ensino Médio, pois se refere a este componente curricular em todos os níveis de ensino, incluindo, portanto, o Ensino Médio, foco deste nosso estudo.

3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, [...]:
(Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)¹

Assim, a redação inicial, de 1996, que trazia como avanço, o status de componente curricular, em relação à LDB 5692 de 1971, que tratava a educação física como atividade, através da lei 10.793 de 2003, contempla a obrigatoriedade da educação física na educação básica.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm consulta realizada em 03 jan. 2013.

3.1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

A Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, CNE, CEB, define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, as quais devem ser observadas na organização curricular pelo sistema educacional e suas unidades. Nela encontramos reunidos os princípios, fundamentos, e procedimentos, para orientar as políticas públicas educacionais. Ela também define como deve ser organizado o currículo, formas de oferta, e projetos políticos pedagógicos das instituições.

De acordo com essa resolução o currículo do ensino médio está dividido em áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, com o objetivo de proporcionar saberes comuns a todos os estudantes e específicos de suas culturas locais. A Educação física está inserida na área de conhecimento das linguagens e de acordo com o artigo 9, inciso I, linha b: deverá ser integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em lei, casos que encontramos especificados na LDB.

Ainda segundo esse documento, o ensino médio regular deve assegurar sua função de formar estudantes, sejam eles adolescentes, jovens e adultos, com uma carga horária mínima de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas no período de 3 (três) anos, em consonância com a LDB 9394/96.

A resolução orienta que o projeto político-pedagógico deve ser construído de forma coletiva, com participação da comunidade escolar, levando em conta suas particularidades e culturas locais. A partir das orientações desta resolução, o Estado do Rio Grande do Sul elaborou uma proposta pedagógica que passou a ser implantada em 2012, a qual passará a ser apresentada/discutida.

3.1.3 Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014 do RS

A Proposta de Reestruturação Curricular foi criada com base na relação entre o período de formação do ensino médio e a realidade do mercado de trabalho. A

proposta tende a relacionar o ensino médio com a formação profissional do aluno, tendo como foco de formação a realidade de cotidiano do aluno, tendo a participação da comunidade escolar e a interdisciplinaridade no processo de reestruturação do novo currículo. O objetivo é a formação cidadã e a qualificação e articulação para/com o mundo do trabalho durante o ensino médio. A formação dependerá de cada região, de seus aspectos econômicos, geográficos e culturais.

Segundo os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e os polos econômicos de cada região, tendo como base as características econômicas dessas áreas, os cursos da rede pública não refletem a realidade regional. Junto a isso foi possível verificar a falta de cursos que vão ao encontro das respectivas realidades e das inovações tecnológicas atuais.

Conforme dados estatísticos da Fundação de Economia e Estatística- FEE, atualmente os cursos mais frequentes são os de secretariado, informática, contabilidade, eletrotécnica, agropecuária e administração. Segundo o censo escolar 2010, das 30.522 matrículas realizadas, 23.876 foram nos cursos técnicos da forma subsequente e 6.646 na forma concomitante. Um dado preocupante é em relação à evasão dos alunos nos cursos técnicos, a qual atingiu 44%, e o percentual de 33% de reprovação no ano de 2010. Dados como esses apresentados em conjunto a outros fatores como a falta de integração entre a realidade do mundo evidenciam as fragilidades do Ensino Médio e profissionalizante.

Alguns fatores como os índices altos de reprovação e evasão comprovam a falta da realidade da comunidade escolar dentro do projeto político pedagógico das escolas em que são oferecidos cursos profissionalizantes.

Ainda de acordo com a Proposta de Reestruturação Curricular, se analisarmos o desenvolvimento histórico da educação profissional, partindo da constituição de 1998 e da LDB 9394/96, é notável que a formação integral do aluno perde espaço para uma forma de ensino desintegrada, geral e profissional separadas. Com o decreto 2.208 essa separação foi consolidada, no ano 2003, através de debates e mobilizações de educadores e profissionais envolvidos nesse processo. Através do decreto 5.154 de 2004 e da lei 11.741 de 2008 foi normatizado o ensino médio integrado à educação profissional, o desafio da SEDUC do estado

era criar um projeto que visava à formação do aluno, tendo o indivíduo como foco, formando-o integralmente.

Segundo a LDB 9394/1996 a educação profissional técnica de nível médio coloca-se de duas formas: a subsequente, que se destina a alunos que já concluíram o ensino médio e a articulada, que se subdivide em integrada e concomitante. O mercado profissional atual é constituído de exclusões, no qual a produção e o lucro são os principais objetivos do capitalismo, tornando-se necessário e desafiador a criação de um currículo que contemple esse contexto, tanto nas questões de formação integral do aluno como na profissional, e principalmente integrando-as, a realidade, aliada à preparação técnica. A concepção da nova proposta pedagógica do ensino médio não visa apenas preparar o aluno para o mercado de trabalho, mas também deve contemplar outras questões como, as relações sociais e de trabalho, modos de produção, realidade ligada aos meios de formação e organização do trabalho. Torna-se então obrigatório o conhecimento dos profissionais envolvidos com esse trabalho, principalmente da relação entre teoria e prática. A politecnia baseia-se em ter o domínio intelectual da técnica, e não a formação de um “trabalhador alienado”, preparando para uma leitura crítica a respeito da sociedade e das relações de trabalho.

3.1.4 Referencial Curricular de Educação Física do Rio Grande do Sul

Dentre as políticas educacionais desenvolvidas no RS, em 2009 foi proposto um Referencial Curricular para a Educação Básica do Estado. Tal proposta teve sua implementação no Governo Yeda Crusius, e parece não ter tido continuidade a partir do término de seu mandato. Entretanto constituiu-se em mais um elemento a orientar a prática pedagógica dos diferentes componentes curriculares, incluindo o-se a Educação Física.

De acordo com o Referencial Curricular do RS (2009) desde o decreto nº 69.450/71, que foi publicado em 1971 durante a ditadura militar, a educação física vem tentando se livrar do estigma de que é apenas e exclusivamente uma disciplina de cunho prático, pois nessa época, o objetivo era a aptidão física. Em 1996 com a

LDB 9394, como já mencionado, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN, trouxe uma identidade e obrigatoriedade da educação física no currículo escolar.

O referencial também indica que de posse desses documentos podemos notar que a educação física deixou de colocar a aptidão física dos alunos da escola como principal objetivo, mas sim proporcionar aos estudantes da escola básica inúmeras experiências de práticas corporais sistematizadas.

Acompanhando as diretrizes do ensino médio, Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, a educação física é colocada no bloco das linguagens, ao lado de disciplinas como língua portuguesa e língua estrangeira. Tal fato, segundo o referencial, traz uma certa desconfiança dos acadêmicos da área, pois acreditam estar mais perto das ciências da natureza (biologia), lembrando que, neste caso, se fala de uma linguagem corporal.

De um modo geral, ela aí se justifica pelo uso da linguagem corporal, sem dúvida um elemento central no processo de interação dos alunos com a cultura corporal de movimento.[...] A linguagem corporal é um dos temas que a educação física compartilha com as demais matérias de ensino da área das linguagens e códigos, mas não pode ser entendida como elemento fundamental de estudo dessa disciplina específica.(REFERENCIAL CURRICULAR, 2009, p.113)

O referencial curricular ainda define quais são os conteúdos e conhecimentos que a educação física deve se encarregar, sendo que esses conteúdos estão organizados de maneira a facilitar a compreensão e planejamento do professor e aprendizagem do aluno.

Apesar da existência do referencial, para seus autores, ele não substitui os planos de aula e o projeto político pedagógica da escola, ele serve de apoio, pois deve se levar em consideração, ao montar um plano de aula, a realidade e outras particularidades da escola.

Ainda cabe destacar que o referencial curricular se apoia num trabalho referenciado em competências e conteúdos onde “as competências são entendidas

como organizadores dos conteúdos curriculares a serem trabalhados nas escolas públicas estaduais.” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p.20).

Dentre os diferentes significados de competência na educação os que se destacam mais são:

(1) a que se refere a uma hipotética capacidade humana, responsável pela mobilização de diferentes recursos cognitivos (saberes, informações, estratégias), motores (habilidades) e atitudinais (valores, normas), para atuar de forma apropriada em um conjunto de situações que guardam alguma similaridade; e (2) a um princípio de organização curricular (diretamente vinculada com a aceção anterior), uma forma de expressar/descrever intencionalidades educativas que orientam um projeto curricular. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p.114)

Complementando esses significados, o referencial curricular destaca que as competências devem contemplar o pensar e agir diante das adversidades do mundo em busca de melhores condições de vida.

O referencial foi elaborado a partir de 4 (quatro) princípios básicos:

1º) A educação física é um componente curricular responsável pela tematização da cultura corporal de movimento, que tem por finalidade potencializar o aluno para intervir de forma autônoma, crítica e criativa nessa dimensão social.[...].

2º) O Referencial Curricular está inteiramente focado no estudo da cultura corporal de movimento. Por isso, propõe que a Educação Física tematize a pluralidade do rico patrimônio de práticas corporais sistematizadas e as representações sociais a elas atreladas.[...].

3º) O referencial curricular se pauta na ideia de que a educação física deve possibilitar a releitura e a apropriação crítica dos conhecimentos da cultura corporal de movimento. Nessa linha, os conhecimentos transmitidos pela Educação Física na escola não devem estar subordinados àqueles propiciados pelas instituições não escolares que lidam com práticas corporais sistematizadas, por exemplo, “escolinhas” de futsal, escolas de ballet, rodas de capoeira, academias de ginástica, academia de artes marciais, etc.[...].

4º) O Referencial Curricular é uma ferramenta pedagógica voltada à orientação dos planos de estudos da Educação Física a serem elaborados na escola. O Referencial Curricular, como já foi frisado anteriormente, não foi pensado como um currículo “padrão” a ser desenvolvido em toda a rede pública estadual de ensino.[...] (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p.117-118).

Assim entendemos que o Referencial Curricular foi criado como instrumento para utilização do professor na elaboração de seus planos de ensino, norteando os conteúdos e as competências que devem ser aprendidos pelo aluno, levando em consideração alguns aspectos como cultura do local, realidade da comunidade escolar, condições e materiais da escola. Com isso, o referencial não é uma ferramenta “estática”, em que o professor deve seguir exclusivamente o que é proposto. Ele serve como auxiliar do professor na construção de estratégias de ensino que proporcionem ao aluno a aprendizagem e experiências de uma gama de práticas corporais diversificadas.

3.2 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

O tema desse trabalho não foi escolhido por acaso, vemos frequentemente nos meios de comunicação, nas escolas e nas ruas a luta constante dos professores da rede pública reivindicando melhores salários e condições de trabalho, buscando o respeito que tanto merecem da sociedade.

Atualmente o professor é considerado não só como um transmissor de conteúdos, mas como um mediador de conhecimentos, com atribuições diferentes do que era comum há um tempo atrás. Segundo Mattos e Neira (2000 apud Martinelli et al.2006), o professor deve ter a função de mediador de conhecimentos, com a responsabilidade de, não só repassar os conteúdos de sua disciplina curricular, mas também instigar o aluno a pensar e solucionar problemas a partir de questões que surgem durante as aulas.

Nas escolas onde realizei os estágios obrigatórios, percebi que os professores cumprem vários papéis na vida do aluno, como educador, pai, amigo, entre outros. E ao mesmo tempo percebe-se que a vida de professor não se resume apenas às aulas, “há todo um ritual”, uma preparação para buscar a melhor forma de desenvolver seu trabalho.

Wittizorecki e Molina Neto (2005), ao acompanhar as intervenções e os relatos de professores de quatro escolas da rede municipal de Porto Alegre, constatou que o processo docente envolve mais do que o “ato de ministrar aulas”.

Para o autor “foi possível compreender o processo complexo que envolve seu trabalho docente: suas ações transcendem o ato de ministrar aulas, havendo uma expectativa que abarque também outros campos que não só a educação escolar.” (WITTIZORECKI & MOLINA NETO 2005, p.66)

E diante disso surgem vários confrontos entre a teoria que é idealizada e a realidade de seu cotidiano, seus alunos, o ambiente escolar, a própria escola. Há nesse momento vários problemas a serem enfrentados e superados até chegar às aulas propriamente ditas.

Na maioria das vezes a realidade do ensino público apresenta variadas dificuldades para o professor desenvolver seu trabalho da melhor forma. Baixos salários, carga horária de trabalho elevada, falta de material e infraestrutura, falta de interesse dos alunos e até mesmo a violência dos alunos com os professores têm sido desafios complexos no cotidiano das escolas. Tais questões atingem os professores de todas as disciplinas e diferentes áreas de conhecimento, mas no caso deste estudo pretendemos focar a realidade do professor de Educação Física.

O professor de Educação Física, parte integrante dessa realidade, além de passar por todo esse processo de afirmação e valorização da profissão, também é atingido por alguns problemas particulares que acometem a disciplina que além de trabalhar com o pensamento do aluno, trabalha com o corpo e com o movimento. Trabalhar o movimento do aluno exige mais do que apenas a sala de aula, exige uma infraestrutura com condições mínimas para proporcionar a vivência do enorme leque de práticas corporais disponíveis para se trabalhar na aula de Educação Física.

Diversos outros estudos têm colocado em debate as dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física no decorrer de seu trabalho.

Uma investigação realizada por Moreira et al(2010) no estado do Paraná, envolvendo 355 professores de educação física, evidenciou que os docentes estão insatisfeitos principalmente com as remunerações e compensações, as condições de trabalho e com o trabalho e espaço de vida. Farias et al.(2008) ao investigar a qualidade de vida dos professores de educação física da rede pública estadual do

RS, constatou elevados níveis de satisfação na qualidade de vida e insatisfação na dimensão remuneração e compensação. Segundo Molina Neto (1997), os baixos salários e materiais inadequados têm afetado os professores de escolas públicas.

Outra questão muito relevante que atualmente os professores têm de enfrentar é a violência, os profissionais de educação estão convivendo com situações de constrangimentos e impotência, passando a ser reféns de ações que também afligem a maioria da população. Levandoski, Ogg & Cardoso(2011) em pesquisa realizada constataram que dos 102 professores entrevistados, 87,3% já vivenciaram ou vivencia no ambiente escolar algum tipo de violência durante seu trabalho, dentre elas: insulto verbal de aluno; já se sentiram assediados sexualmente por aluno durante exercício da profissão; intimidado por algum tipo de arma utilizada por aluno; pertences furtados ou danificados; entre outros. Todos esses problemas levam aos profissionais se afastarem da área.

A escola tem papel importantíssimo na formação dos alunos, auxiliando no entendimento do “mundo”, tornando-o um cidadão que tenha “possibilidade, conhecimento e seja capaz de ter sua opinião crítica sobre os assuntos”, conhecendo seus direitos e deveres como cidadão. Por isso o professor tem um grande papel na escola e na formação do aluno.

Em se tratando do Ensino Médio, Darido et al (1999) mostrou que as maiores dificuldades são a falta de interesse dos alunos aliada a falta de habilidade dos mesmos, além disso os alunos do ensino médio tem vergonha de se exporem e rejeição às novidades. Outras dificuldades encontradas nesse estudo foram: a preocupação dos alunos do ensino médio com o vestibular, deixando a educação física em segundo plano; a falta de infraestrutura; a falta de disciplina dos alunos, incluindo a falta de limites; e as roupas impróprias para a prática das aulas.

A respeito da educação física no ensino médio, além dos problemas e dificuldades acima mencionados, outra questão parece comprometer o trabalho do professor. O fato da disciplina não ser cobrada no concurso vestibular, em alguns casos, é menos valorizada pela escola e diminui o interesse dos alunos pela disciplina nesse período.

Nesse sentido concordamos com Molina Neto (1998, p.37) quando declara que,

A organização do currículo escolar dá mais importância ao raciocínio técnico - científico e maximiza a cultura intelectual;[...] não é de estranhar que o sistema educativo reivindique do professorado de educação física somente tarefas que exigem controle, disciplina e um carácter compensatório do cansaço do trabalho intelectual.

Assim a educação física passa a ser um mecanismo de controle, de disciplinamento ou como um bônus, um momento de descontração, para compensar o desgaste mental.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 PROBLEMAS DA PESQUISA

Quais são as principais dificuldades dos professores de educação física no ensino médio? E quais são as estratégias utilizadas no seu cotidiano para superá-las?

Diante da implantação de uma reforma curricular para o Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul, como a Educação Física se insere nesse projeto?

Para responder ao problema da pesquisa deste projeto foram feitas análises dos elementos inerentes ao tema, como:

- Infraestrutura da escola de ensino médio
- Comportamento dos alunos no dia-a-dia
- Compromisso dos alunos com as aulas de educação física
- Materiais e estrutura disponibilizados pela escola
- Implantação da Proposta Pedagógica do Ensino Médio

4.2 MÉTODOS DE ABORDAGEM

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo de caso, desenvolvido através de uma metodologia qualitativa, cujo objetivo foi tornar explícitos os principais problemas enfrentados pelos professores de educação física de uma escola pública estadual de ensino médio, diante da implantação da nova proposta pedagógica, bem como verificar quais foram as estratégias utilizadas no seu cotidiano para sua superação. Segundo Cajueiro (2013, p. 31) estudo de caso:

É o tipo de pesquisa no qual um caso (fenômeno ou situação) individual é estudado em profundidade para se obter uma compreensão ampliada sobre outros casos (fenômenos ou situações) similares, possibilitando a criação de um modelo ou de novos procedimentos padrão

Nesta perspectiva, do universo de escolas estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul será analisada uma escola em específico, buscando compreender as dificuldades dos professores de Educação Física no atual contexto educacional do estado do RS.

A escola fica localizada no município de Porto Alegre - RS, no bairro Partenon e recebe alunos de diversas regiões da cidade. A infraestrutura da escola disponível às aulas de educação física oferece duas quadras poliesportivas, um laboratório de informática e um auditório de pequeno porte, além das salas de aulas quando solicitadas.

Neste propósito, foram feitas observações por parte do pesquisador através de visitas de campo, com o intuito de familiarizar-se com o espaço no qual ocorreu a pesquisa, bem como conhecer a realidade vivenciada no cotidiano das aulas, sempre sendo o mais descritivo possível e mantendo o cuidado para não colocar nenhum juízo de valor.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as duas (2) professoras de educação física da escola buscando melhor descrever e compreender o problema proposto nesta pesquisa.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos selecionados para participar da pesquisa foram duas professoras de Educação Física de uma escola Estadual de Ensino Médio da rede pública estadual que se dispuseram a contribuir com a investigação. A professora "A" tem 21 anos de docência na escola pública e há 8 anos desenvolve seu trabalho nesta escola. Suas aulas ocorrem nos turnos da manhã e tarde. A professora "B" tem 14 anos de docência, tem 16 anos de formação, há 4 anos trabalha na escola e suas aulas são realizadas no período noturno. A escola foi escolhida pela facilidade de acesso e receptividade à realização da pesquisa.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada no local (escola) onde as professoras realizam suas aulas, em uma conversa reservada entre o pesquisador e as professoras que foi gravada mediante autorização dos interlocutores. A entrevista semiestruturada basicamente é um roteiro com perguntas básicas sobre o tema a ser estudado, onde as perguntas são focadas nos principais tópicos a serem analisados, mas o entrevistado tem a possibilidade de dialogar com o entrevistador sobre o tema, pois este somente dá as coordenadas e os pontos que interessam ao estudo. Para Manzini, (2004 apud Triviños 1987 p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

Também foram realizadas 10 observações em aulas das professoras, em turmas e turnos diferenciados, a fim de coletar informações para atender os objetivos do estudo, pois cada turno e turma têm suas características. Embora não tenha sido previsto no projeto, ocorreram alguns diálogos com estagiários que realizavam suas práticas com as turmas da professora do diurno, os quais foram significativos para o estudo. Segundo Triviniôs e Neto, 1999, a observação situa-se como um procedimento de coleta de dados, e é fundamental que seja realizada no contexto real onde se desenvolvem os fenômenos do estudo. É necessário que seja contínua e sistemática, com objetivos determinados e guiadas por um corpo de conhecimento.

4.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Não serão divulgados os nomes dos sujeitos participantes da coleta de dados, a fim de não colocá-los em situação de constrangimento, atendendo a ética aplicada em pesquisas, levando em conta os cuidados recomendados pela Res. 466/2012 do CNS Brasil.

Os sujeitos participantes, como já mencionado, assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, que consta nos anexos deste trabalho, autorizando a entrevista. Os dados obtidos no estudo ficarão sob a responsabilidade do pesquisador, e os participantes tiveram acesso as suas fichas de entrevista para fins de verificação dos dados.

Através do termo de consentimento livre e esclarecido, os sujeitos ficaram cientes de que estarão livres para, a qualquer momento, deixar de fazer parte da pesquisa. Também lhes foi informado que suas identidades serão preservadas.

5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A partir das informações colhidas e, em acordo com os propósitos do estudo, a análise foi realizada apoiada numa orientação da técnica de análise de conteúdos. Inicialmente foram sinalizadas, no texto das entrevistas, falas que tinham significação para os objetivos da pesquisa, constituindo-se em unidades de significados, as quais posteriormente foram agrupadas em duas grandes categorias de análise: **principais dificuldades e estratégias e relações com a proposta do estado.**

5.1 PRINCIPAIS DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS

Falta e precariedade do material

Uma dificuldade encontrada na escola, citada pelas duas professoras entrevistadas no estudo, é a falta e precariedade de material disponível para utilização nas aulas.

Dentre as muitas deficiências elencadas, algumas mereceram destaque, como:

- a) a falta de uma rede protetora para a quadra, pois frequentemente as bolas de futsal são chutadas e caem nas residências do entorno da escola, sendo que em alguns casos não são recuperadas.

“{...} no futsal não temos uma rede, se uma bola cair para lá (pátio ao redor da escola) as vezes não volta mais, porque não se sabe se foi para o abrigo, para o outro pátio, até tu achar, bater de porta em porta, quando tu ver, misteriosamente ela some...”(Prof. B)

- b) controle do material dentro da escola, pois ocorrem aulas nos três turnos;

Em relação ao turno da noite, a professora B relata que ficou algum tempo tendo de trabalhar sem luz nos refletores da quadra poliesportiva, que fica no pátio

da escola, praticamente na escuridão. Conta que foram quase dois anos nessa situação:

“{...} a escola ficou dois anos sem luz nos refletores das quadras, deu curto, não podia ligar, risco de dar problema sério, era para a secretaria de obras ter ligado, mas só enrolou{...} fizemos campeonato no escuro com bico de luz{...}a secretaria de obras fez um laudo e esqueceu daqui{...}a escola fez um esforço e está pagando com recurso próprio.(Prof. B)

Tais situações revelam o que Darido et. al. (1999) detectaram em seus estudos sobre a educação física no ensino médio, como uma das dificuldades dos professores - a falta de infraestrutura para o trabalho docente. Nessa mesma linha Molina Neto (1998), refere haver por parte dos professores de educação física, o enfrentamento de situações adversas, para desenvolver sua tarefa educativa, caracterizadas pela existência de materiais inadequados. Concordo com os autores, pois as falas das professoras bem como as observações realizadas vão ao encontro das debilidades relativas aos recursos e infraestrutura mencionados.

- c) pouco material para o desenvolvimento das atividades, além do desgaste natural dos mesmos no decorrer do ano letivo, sendo que dificilmente há reposição neste período.

“{...}” temos algumas coisas como bolas...mas se a gente quer material mesmo a gente que tem de correr atrás, porque material vem o básico, tem um tempo de desgaste que nem sempre é repostado durante o ano...da escola o que tem é isso, o resto foi eu quem trouxe...” (Prof A)

Diante da falta e precariedade de material, as professoras adquirem materiais com recursos próprios, confirmando o que diz Woods, 1995, (apud. SCHULTZ, 2005) que o uso de material alternativo e a utilização de recursos próprios são

estratégias dos professores na superação das dificuldades. Ainda ao comentar as limitações encontradas uma das professoras desabafa/declara:

“[...] e tem isso e não tem aquilo. Eu tinha uma colega de educação física que dizia assim: se me derem uma caixinha de fósforos eu dou aula em cima de uma caixinha de fósforos! A gente tinha um querer muito parecido, a gente queria que as coisas funcionassem. Se eu quero que a minha aula aconteça tem algumas alternativas para fazer isso, depende do comprometimento com a disciplina. É óbvio que a gente tem que lutar por mais condições, por mais materiais, tudo mais...”(Prof. A)

Esta professora destaca que a falta de material na escola, para ela e para a outra colega citada, não serve como desculpa para a não realização das atividades, pois acredita que quando há comprometimento com o trabalho, encontram-se alternativas para o enfrentamento das dificuldades. Nessa perspectiva, Wittizorecki (2005, p.48), declara :

é notável como grande parte do coletivo de professores da escola pública – ante as limitações de suas condições de trabalho e a intensificação de suas atividades docentes – revela um sentimento de luta, de resistência, criatividade e esperança que os move frente a esses obstáculos.

Concordo que a falta/precariedade de material, bem como o pouco repasse de verbas, que não contempla as necessidades do dia a dia da escola, dificulta o planejamento das aulas pelo professor. Também entendo que a maior ou menor disponibilidade do professor em superar tais dificuldades pode ser um fator importante para o sucesso do trabalho. Entretanto, diante dessa realidade penso que caberia questionar essa situação em que o professor compra material de seu próprio bolso para suprir uma demanda da escola. Como agir diante de tal realidade? Que movimento político pedagógico poderia implicar na mudança dessa

lógica? Como melhorar a conquista de verbas para fins didático pedagógicos nas escolas?

A desvalorização salarial e carga-horária elevada de trabalho

As professoras entrevistadas citam a questão salarial como um fator desmotivante na docência, principalmente na rede estadual de ensino. A professora “A” alega que se tivesse de gastar com outras questões pessoais, como por exemplo, aluguel e vale transporte, não conseguiria se sustentar apenas com o salário pago pelo estado. Também acha um grande problema no estado a falta de incentivo em relação aos cursos de pós-graduação, pois o aumento no salário é praticamente insignificante segundo ela.

“{...} eu fiz um pós – graduação sabe quanto subiu no meu salário? eu fiz três anos de curso e aumentou R\$ 32,00 no meu salário... eu tenho 51 anos, 38 anos dando aula no âmbito geral e há quase 22 anos no estado, hoje eu ganho no máximo R\$ 1.300,00 no mês por 40 horas de trabalho... se eu tivesse de pagar aluguel, se eu tivesse de pagar vale transporte não conseguiria...”. (Prof A)

Outra questão apontada pela mesma professora é a carga-horária de trabalho elevada. Devido à remuneração baixa a maioria dos professores tem de dar aulas em mais de um estabelecimento de ensino ou realizar outra atividade para complementar sua renda, em alguns casos trabalham 60 horas por semana.

“{...} se alguém for entrar no estado vou sempre dizer para não entrar, ou entrar para trabalhar apenas 20 horas e o restante do tempo em outro lugar que tenha uma remuneração melhor... eu tenho 40 horas para cumprir, destas, 36 horas tem de ser dentro da escola, é uma dificuldade...”. (Prof. B)

Os dois aspectos citados pela professora vão ao encontro das ideias de FARIAS et. al. (2008, pag.17), ao abordar sobre a qualidade de vida dos professores

no estado, evidenciando que os professores se sentem insatisfeitos com a remuneração e a compensação.

A valorização dos professores perpassa pela questão salarial, que é um dos fortes motivos das mobilizações trabalhistas. A busca por vida digna, status, capacitação e qualificação profissional torna-se desfavorecida pelo ritmo de vida dos professores, que correm de escola para escola na busca de melhores condições salariais.

Atualmente os professores têm de trabalhar em mais de um local, muitos têm carga horária elevada, o que os deixa cansados e desmotivados com a profissão. Soma-se a isso, os vários problemas e dificuldades encontrados nas escolas, realidade que nos leva a questionar como esses professores conseguirão manter sua motivação e exercer sua docência de maneira digna? Alguns iniciam sua rotina de trabalho no período da manhã estendendo-se até a noite, há um esgotamento desse profissional, um desgaste tanto físico como mental nesse processo, o que caracteriza a precarização do trabalho do professor.

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. (Noronha, 2001, *apud* OLIVEIRA, 2004, p.1132).

A roupa inadequada

A roupa inadequada também é uma dificuldade nas aulas de educação física da escola, pois os alunos ainda têm resistência em utilizar um vestuário para a

prática de exercícios, muitos fazem a aula usando calça ou bermuda *jeans*, o que acaba dificultando na execução dos movimentos.

Canestrado, Zulai & Kogut (2008), ao perguntarem para os professores da rede estadual de ensino do Paraná as suas dificuldades nas aulas de educação física, teve como uma das respostas, a roupa inadequada.

Segundo a professora “A” o problema já é antigo na escola, já tentou algumas formas de resolvê-lo, como por exemplo, não permitir que o aluno fizesse a aula, o que acabou não dando certo, pois alguns utilizavam sempre o fato como desculpa para não participar das atividades.

Segundo Costa, 1997, (apud. DARIDO et. al.,1999) esse comportamento dos alunos é devido há algumas experiências negativas, onde eles acabam usando a roupa inadequada como escudo protetor, não fazendo as atividades, assim livrando-se de possíveis chacotas.

A professora A, declara utilizar, o uso da roupa adequada, como um dos critérios na sua avaliação. Desta forma, esse processo serve como uma estratégia para condicioná-los a usar nas aulas a roupa adequada, sendo que o acompanhamento é diário. Entretanto ela refere que controlar todos os dias a roupa dos alunos é complicado e cansativo para os professores que acabam cumprindo um outro papel na vida do aluno, pois isso teria de ser controlado por seus pais em casa e acaba transcendendo a “esfera” docente.

“{...} então existe o que está sendo permissivo, porque no meu entendimento existe certa preguiça desse trabalho, porque já não teve consigo mesmo, aí já não vai ter com o outro... então está avançando cada vez mais essas fronteiras, são as relações, são as ausências de pais em casa... sempre tem alguma figura que exerce essa autoridade, que no caso o professor está sendo...” (Prof. A)

A professora “B”, que ministra suas aulas no turno da noite na escola, usa a estratégia de conscientização dos alunos, explica que o importante é os alunos perceberem a importância no seu desenvolvimento. Nesse aspecto, percebi em minhas observações que trazem tênis e bermuda nas mochilas, trocam o calçado

em quadra antes do início das aulas. A professora somente os proíbe de frequentar a aula quando vestem algo que podem lhe trazer risco a segurança, como a sapatilha por exemplo.

“{...} eu não vou impedir que um aluno faça aula porque ele veio de calça jeans, mas ele sabe e sente que não é legal...aqui acredito que é mais a questão de eles trabalharem, mas eu acho que para o turno da noite ele vem com a roupa adequada, se tu fores perceber até que para o turno da noite são poucos que não vem...então aos poucos ele vão se conscientizando como em tudo, tu fala, fala, fala, uma hora vai, é que nem filho...”(Prof B)

Há diante dessa questão dois pontos de vista e encaminhamentos diferenciados por parte das professoras. A professora A, ao utilizar o critério do uniforme em sua avaliação, condiciona os alunos, “ao cumprimento da norma”, pois o não uso interfere de modo negativo na menção avaliativa final. Já a professora B, declara compreender a situação dos alunos e suas dificuldades, considerando serem do noturno, optando por realizar um trabalho de conscientização.

Oliveira, (1985), estuda as duas razões que a educação física pode assumir, a comportamentalista e a humanista. O ponto de vista da professora A segue a linha defendida por Skinner, a do comportamentalismo, em que as pessoas, assim como os alunos, necessitam de um controle adverso, algo que os reprima, que “os leve” a tomar alguma atitude em detrimento de uma opressão ou benefício, no caso usar a roupa adequada não acarretaria em um desconto na nota final do trimestre. No caso da professora B, notamos uma atitude humanista, na perspectiva de Rogers (1980, apud OLIVEIRA, 1985), a qual segue a linha de um homem livre, abandonando o papel autoritário, preocupando-se em transferir um conhecimento para a vida do aluno, ultrapassando a linha do “adestramento do aluno”.

Dispensa dos alunos

A maioria dos alunos dispensados frequenta o turno da noite, pois muitos têm alguma atividade profissional durante o dia. Segundo o artigo 26, paragrafo 3º da lei 9392/96, alterada em 2003 pela lei 10.793:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole.

Com essas dispensas, amparadas por lei, diminui significativamente o número de alunos nas aulas, o que acaba dificultando o trabalho da professora “B”, como relata abaixo:

“{...} todas as turmas da noite tem aula no mesmo momento, é ruim quando tem pouquinho, pois muitos são dispensados, as vezes tu não consegue trabalhar a parte de jogos coletivos, fica muito complicado...”(Prof B)

Segundo POSSEBON & CAUDURO (2001, pag. 140) além das dispensas amparadas por lei, há outros motivos que os autores chamam no estudo realizado, de “ocultos”:

Sabe-se que, além dos motivos amparados pela legislação em vigor, existem muitos outros que não se enquadram nos aspectos legais e têm sido tratados das mais diferentes formas dentro da escola pública; alguns forjados por atestado médico ou por um atestado de trabalho; outros como concessão da escola, como o caso de quem mora longe.

O que devemos analisar nesses casos amparados ou não legalmente, é que muito das vezes o único momento em que esses alunos têm para realizar um exercício físico é durante a aula de educação física. Ao serem dispensados, estão abdicando de um momento de cuidar da saúde, um momento de “desopilar” das suas atividades profissionais, através dos esportes e da ginástica por exemplo, e que seriam importantes para seu desempenho ao longo do dia. Por outro lado deixam de usufruir das possibilidades de desenvolver novos conhecimentos na área da educação física que os ajudaria a enfrentar situações em diferentes âmbitos da vida em sociedade.

A professora também aborda a dificuldade em realizar avaliação teórica com esses alunos, declarando que quase nunca utiliza prova teórica como estratégia de avaliação, e todos os trabalhos são realizados durante a própria aula, pois a maioria trabalha durante o dia.

“{...} muito difícil eu passar um trabalho para eles fazerem em casa, porque é como eu te disse, é um público diferenciado, um público já tem uma vivência de carga horária bem diferente, então a gente tem que ter um olhar especial, se deixar mais um trabalho para eles fazerem em casa fica difícil, vamos aproveitar o tempo que eles tem aqui...” (Prof B)

5.2 RELAÇÕES COM A NOVA PROPOSTA DO ESTADO

A nova proposta do ensino médio politécnico, pretende estabelecer relação entre a educação escolar e a realidade do aluno, criando bases para a melhor compreensão dos desafios do mundo do trabalho, num contexto de amplo desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta iniciou a ser implementada nas escolas de ensino médio em 2012, iniciando pelo primeiro ano, prosseguindo em 2013, no segundo ano e completando com o terceiro ano, em 2014, quando seu processo de implementação deverá ser finalizado. As professoras foram

questionadas sobre as implicações e dificuldades da Educação Física em relação a essa nova proposta de ensino. Dentre os aspectos mais relevantes, temos:

a) - o método de avaliação, em que podemos destacar três aspectos conflitantes: o conceito definido por área de conhecimento, os conceitos descritivos e a recuperação dos alunos que não atingem o conceito mínimo para a aprovação;

b) - o trabalho por áreas de conhecimentos (interdisciplinaridade) - ciências humanas (filosofia, história, geografia e sociologia); ciências da natureza (biologia, química e física); matemática; onde a educação física, se insere na área das linguagens juntamente com as disciplinas de língua portuguesa, língua estrangeira, literatura e artes.

Avaliação

A professora “B” relata que não entende justo o aluno ter um conceito geral, da área de conhecimento, para o seu aproveitamento durante o trimestre, pois em algumas disciplinas ele tem um melhor desempenho, provocando um nivelamento da nota final, pois em algumas matérias ele não tem aproveitamento satisfatório, sendo algumas disciplinas desfavorecidas. Acredita que ficou muito mais fácil a aprovação do aluno, segundo ela é um “nivelamento por baixo”, pois o aluno irá estudar apenas as disciplinas que lhe interessam.

“{...} a dificuldade que eu vejo é em relação ao aluno que não fez nada de tal disciplina, não fez nada de outra disciplina, mas fez daquela, tudo que está nessa área, são várias juntas... depois fica complicado se fazer um conceito geral, tem de chegar a uma opinião, se ele irá avançar ou não...”(Prof. B)

A Professora “A” também não entende essa maneira de avaliação por área ser a forma mais justa, pois muitas vezes se dedica para avaliar o aluno e chega ao

final do semestre sua avaliação é comprometida pelas outras disciplinas da mesma área.

*“{...} a minha avaliação é diariamente, é observação todos os dias, diária... se o aluno está com a roupa adequada, eu não o impeço de estar na aula, mas eu avalio isso... eu ainda faço isso, não sei até quando, porque chega ao final do semestre é diluída a nota na área de conhecimento, eu posso chegar ao conselho de classe com um conceito CRA do aluno, aí o português não tem, ou outra matéria não tem ele passa, entendeu, é diluído, a área dilui todas as notas...”
(Prof. A)*

A fala das professoras indica que por enquanto as disciplinas não estão trabalhando na perspectiva das áreas de conhecimento. Em conversas realizadas foi esclarecido que não há um planejamento por áreas o que torna difícil avaliar de acordo com a nova proposta. As manifestações evidenciam o que de fato ocorre, um trabalho individualizado onde não há objetivos comuns, que acaba se refletindo nessa situação declarada pelas mesmas.

“{...} a gente estava indo no caminho de fazer planejamento por área, aí demos uma freada e voltou, é individual, o professor vai dentro das necessidades da turma que ele está vendo[....]É um momento de mudança, em que a gente está reformulando tudo, então está sendo passo a passo. A gente fez agora individual, mas isso tem de ser por área, por que se querem que a área funcione junto, e na hora da avaliação a avaliação é por área, então o planejamento tem de ser por área...”(Prof A)

Nesta nova proposta, as notas foram substituídas por menções: CSA (Construção Satisfatória da Aprendizagem), CPA (Construção Parcial da Aprendizagem) e CRA (Construção Restrita da Aprendizagem). O aluno ao chegar ao final do semestre não pode apresentar CRA em mais de uma área de conhecimento, se não automaticamente estará reprovado. Quando o aluno recebe o

conceito insatisfatório em apenas uma área de conhecimento ele fica em regime de progressão parcial (PPDA), uma espécie de recuperação. Ele passa para o ano seguinte, mas fica com matérias pendentes, as quais as professoras têm de trabalhar com esse aluno e realizar avaliações (recuperação) que ocorrem baseadas em trabalhos.

A professora “A” também reclama da recuperação dos alunos que não atingem o conceito mínimo para a aprovação, que não há um local apropriado e nem uma carga-horária do professor destinada a esses estudos de recuperação.

“{...} o professor tem de apresentar oportunidade de estudos de recuperação para esse aluno... ele vai para o outro semestre ainda tendo estudos de recuperação do primeiro trimestre, efetivamente é uma pororoca isso, porque não tem espaço para eles fazerem esse estudo de recuperação, porque o professor ele tem de estar em sala de aula, pela SEDUC o professor não pode ficar trabalhando no turno inverso por exemplo...eles criam uma avaliação sem dar as condições necessárias...”(Prof. B)

A fala das professoras reflete que ainda há falta de condições e de preparação dos professores em relação à nova proposta, ainda há muitas modificações a serem realizadas com o intuito de se chegar aos objetivos que o estado propôs nessa relação entre aluno, professor e avaliação. Esse novo conceito de avaliação, emancipatória, tem de ser uma estratégia com o objetivo de entender as dificuldades do aluno, quebrando paradigmas, criando novas formas de avaliação, além das autoritárias, baseadas em provas. Na avaliação emancipatória, de acordo com a Proposta de Reestruturação curricular:

É necessário que os responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola assumam o compromisso de incorporar novas práticas avaliativas, na medida em que se propõem a mudança de paradigma. Que o novo fazer pedagógico se caracterize, também, pelo abandono da prática da avaliação como instrumento autoritário do exercício de poder, como função de controle, na explicitação da classificação e da seleção, conceitos estes vinculados a qualidade na

produção industrial. (p. 18)

Podemos identificar nas falas das professoras que ainda não está havendo uma prática avaliativa emancipatória. Parece estar havendo o cumprimento de tarefas, exigidos pela burocracia institucional, mas não chega a ocorrer um efetivo trabalho emancipador através da avaliação.

Trabalho por área – interdisciplinaridade

Segundo a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014, como já referido anteriormente, as disciplinas estão divididas em quatro grandes áreas sendo que a Educação Física está inserida na área das linguagens. Sobre esse aspecto, a professora A declara que a educação física poderia estar inserida em várias áreas de conhecimento, mas o principal é que ela não perca seu valor diante da reforma e das outras disciplinas.

“[...] Ela é entendida como uma linguagem, a gente sabe que poderia estar inserida em várias áreas, poderia estar dentro da área da ciência da saúde/ ciências humanas, mas ela é entendida como linguagem, se entender a importância dela, ela vai estar inserida de uma maneira digna nessa nova proposta...”

Tal comentário parece indicar que a professora, ao declarar seu entendimento sobre a inclusão da Educação Física na área das linguagens, destaca a importância do trabalho por área quando tal situação for assumida com o devido compromisso. Segundo os PCN (2000), a compreensão ampliada de linguagem perpassa as linguagens específicas contempladas em cada componente. Enquanto a Língua Portuguesa trata da linguagem verbal, as Artes se referem à linguagem icônica e Educação Física à linguagem corporal ou gestual.

Em se tratando da interdisciplinaridade que foi um dos aspectos relevantes citados pelas professoras no estudo e que é um dos princípios orientadores da Proposta de Reestruturação Curricular, deve ocorrer um diálogo entre as disciplinas,

a fim de se buscar uma leitura da realidade do aluno e de suas dificuldades. De acordo com a proposta, “o pressuposto básico da interdisciplinaridade se origina no diálogo das disciplinas, no qual a comunicação é instrumento de interação com o objetivo de desvelar a realidade.” (2011, p.19).

Para a professora A, a interdisciplinaridade ainda é uma dificuldade, há uma dificuldade dos professores em dialogarem entre si.

“[...] o pedagógico vai ter que ver o quanto é difícil de trabalhar junto, porque os professores continuam em suas salinhas muito bem, fecho a minha porta e dou a minha aula...aí quando tiver de dialogar com todos, que é essa a proposta que está vindo, dialogar pelo menos com a sua área, aí eu acho que tem uma dificuldade a ser vencida...”

Nesta fala, a professora manifesta reconhecer a dificuldade em praticar esse princípio. Revela compreender a dimensão de um trabalho interdisciplinar, mas expressa os entraves que ainda dificultam sua prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo de compreender as principais dificuldades dos professores de educação física do ensino médio e quais as estratégias utilizadas para superá-las, bem como verificar as implicações da implantação da reforma curricular nas dificuldades identificadas, a análise das informações permitem algumas considerações importantes às quais sintetizo nesta seção.

Durante o decorrer da pesquisa, constatei o quanto o professor se faz presente e importante na escola. Que embora se tenham várias dificuldades, tanto com as questões burocráticas, quanto com as de cunho prático, nota-se que parte desse enfrentamento e da superação das dificuldades do cotidiano, parte muito de quanto o professor está motivado e disposto a assumir seu papel diante dessa realidade, tendo em mente o quanto seu empenho vai refletir no ambiente da escola, no desenvolvimento das aulas e até mesmo na vida dos alunos.

Percebe-se que ainda se tem muito a melhorar com relação ao apoio do estado, dando aos professores e à escola o suporte necessário, para que desenvolvam seu trabalho de maneira mais digna. O estudo evidencia que velhos problemas como estrutura, material, salários continuam dificultando a prática pedagógica dos professores de Educação Física na escola.

Diante dessa nova Proposta de Reestruturação Curricular de um ensino médio politécnico no estado, que têm características novas e que traz como enfoque principal as necessidades do aluno no contexto do século XXI, a pesquisa mostra que há muitas dúvidas, decorrentes, possivelmente, da falta de uma preparação mais específica. Parece haver também resistências em se desvincularem de antigos paradigmas, principalmente com os métodos de avaliação.

As manifestações das professoras sobre dificuldades em relação à avaliação, bem como ao trabalho por áreas de conhecimento, sugerem que estas podem estar ocorrendo pela ausência de reuniões que possibilitem a troca entre os componentes curriculares.

Diante disso é possível concluir o quanto há dificuldades a serem superadas dentro da escola, e o quanto elas afetam o trabalho e a vida do professor. Nessa

perspectiva, cabe destacar a importância do papel do estado, que ao implementar novas políticas, deve também melhorar as condições para que estas possam ser fato transformadas em prática.

Cabe destacar que estas considerações são interpretações deste caso em especial, que nos oferece significativas aprendizagens, mas não nos permite generalizações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. **Lei n° 9394/96**, de 20 de setembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Secretaria da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação física, v.7 Brasília: MEC, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n° 2**, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes curriculares Nacionais para o ensino médio.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de Trabalhos de Acadêmicos**. 1° ed. Rio de Janeiro: Pegue e Leve SARAIVA, 2013.

CANESTRADO, Juliana de Félix; ZULAI, Luiz Cláudio; KOGUT, Maria Cristina. Principais Dificuldades que o Professor de Educação Física Enfrenta no Processo Ensino-Aprendizagem do Ensino Fundamental e sua Influência no Trabalho Escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR-EDUCERE, 8, 2008, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: PUC-PR, 2008. p. 12327-12336. Disponível em: <http://web02.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/872_401.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

CHICATI, Karen Cristina. Motivação nas aulas de Educação Física no Ensino Médio. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, v. 11, n. 1, p.97-105, set. 2000.

DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação Física no Ensino Médio: Reflexões e Ações. **Motriz**, Rio Claro, v. 5, n. 2, p.138-145, dez. 1999.

FARIAS, Gelcemar Oliveira et al. CARREIRA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ABORDAGEM SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista de Educação Física: UEM**, Maringá, v. 19, n. 1, p.11-22, maio 2008. Trimestral.

LEVANDOSKI, Gustavo; OGG, Fabiano; CARDOSO, Fernando Luiz. Violência contra professores de Educação Física no ensino público do Estado do Paraná. **Motriz.**: revista de Educação Física, Rio Claro, v. 17, p.374-383, set. 2011.

MARTINELLI, Camila Rodrigues et al. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: MOTIVOS QUE LEVAM AS ALUNAS A NÃO GOSTAREM DE PARTICIPAR DAS AULAS. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri, v. 5, n. 2, p.13-19, set. 2006.

MOLINA NETO, Vicente. A prática dos professores de educação física das escolas públicas de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, p.31-46, fev. 1998

MOREIRA, Hudson de Resende et al. Qualidade de vida do trabalhador docente em Educação Física do Estado do Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Cineantropometria de Desempenho Humano**, São José, v. 12, n. 6, p.435-442, jun. 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PEREIRA, Flávio Medeiros; DA SILVA, Adriane Correa. SOBRE OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO EM DIFERENTES REDES EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista da Educação Física: UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 67-77, 2. Sem. 2004

POSSEBON, Mônica; CAUDURO, Maria Teresa. EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO: O LADO OCULTO DAS DISPENSAS. **Kinesis**, Santa Maria, n. 25, p. 130-147, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular: Lições do Rio Grande (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Artes e Educação Física)**. Vol. II. Porto Alegre, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (2011 – 2014)**. Porto Alegre, janeiro, 2012. 27 p. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva; MOLINA NETO, Vicente. **A pesquisa Qualitativa na Educação Física**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; MOLINA NETO, Vicente. O Trabalho docente dos professores de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.47-70, abr. 2005.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de Identificação:

Nome:

Identidade:

Tempo na escola:

Data de Nascimento:

Idade:

Telefone:

E-mail:

Esse termo de consentimento, cuja cópia lhe foi entregue, é parte de um estudo que servirá para o Trabalho de Conclusão do Curso, intitulado “Principais Problemas e Dificuldades dos Professores de Educação Física do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul”, do qual você participará como sujeito. Ele deve lhe dar uma idéia básica do que se trata o projeto e o que sua participação envolverá. Se você quiser mais detalhes sobre algo mencionado aqui, ou informação não incluída aqui, sinta-se livre para solicitar. Por favor, leia atentamente esse termo, a fim de que você tenha entendido plenamente o objetivo desse projeto e o seu envolvimento nesse estudo como sujeito participante. O investigador tem o direito de encerrar o seu envolvimento nesse estudo, caso isso se faça necessário. De igual forma, você pode retirar o seu consentimento em participar no mesmo a qualquer momento.

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é descrever os principais problemas e dificuldades que os professores encontram no seu dia-a-dia em suas aulas e que estratégias utilizam para superá-las. Neste estudo você deverá responder a (n) perguntas em uma entrevista, em local reservado, que será o instrumento de coleta de dados, a data e horário da entrevista dependerá de acerto prévio entre as partes.

Nenhuma das perguntas o colocará em situação de constrangimento, caso se sinta intimidado com alguma pergunta tem a opção de não respondê-la. Todos os dados relativos à sua pessoa serão confidenciais, e disponíveis somente sob sua solicitação escrita, bem como no momento da publicação, os dados não serão associados a sua pessoa.

Não haverá compensação financeira pela sua participação neste estudo para conclusão do curso.

Se tiver qualquer dúvida referente a assuntos relacionados com esta pesquisa, favor entrar em contato com o acadêmico Thiago Bittencourt Machado (Fone: 3242.1013 ou 8537.7122) ou com a pesquisadora Denise Grosso da Fonseca (Fone: 3242.3395 ou 9323.1963)

Voluntário

Denise Grosso da Fonseca – Pesquisador Responsável

APÊNDICE B - APRESENTAÇÃO À ESCOLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o aluno THIAGO MACHADO que está desenvolvendo seu Trabalho de Conclusão de Curso, através do projeto de pesquisa intitulado: “PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL”. **Nesta perspectiva solicitamos que o mesmo possa realizar observações de aulas, entrevista com professores, bem como ter acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola e aos planos de ensino de Educação Física dessa instituição educacional.**

Certos de contarmos com a sua atenção, agradecemos,

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2014.

Profa. Dr^a Denise Grosso da Fonseca
Orientadora do Trabalho

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Prezado(a) Sr(a). Diretor(a)

O projeto *Principais problemas e dificuldades dos professores de educação física do ensino médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul* tem por objetivo investigar quais são as principais dificuldades dos professores de educação física no Ensino Médio, quais as estratégias que utilizam para superá-las no seu cotidiano e como a educação física se insere na nova proposta politécnica, tendo por base a rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. É um projeto desenvolvido pelo estudante de graduação Thiago Machado, com orientação da professora Denise Grosso da Fonseca, como trabalho de conclusão de curso, da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O estudo será desenvolvido através de observações de aulas de Educação Física e de entrevistas com um professor dessa disciplina. A entrevista será agendada previamente e, mediante o consentimento do professor, será gravada. As observações ocorrerão no período em que o professor estiver em aula, sem que sejam prejudicadas as atividades desenvolvidas na classe.

Será mantida em sigilo a identidade da escola e do professor participante da pesquisa e os dados coletados servirão exclusivamente para fins de trabalho de conclusão de curso. Todos os resultados estarão disponíveis à direção e aos professores participantes do estudo.

Compreendo que as atividades da pesquisa apresentam os riscos inerentes aos instrumentos utilizados. Em caso de possíveis imprevistos posso esperar o cuidado do responsável pela pesquisa, que tomará as medidas cabíveis ao ocorrido e, se necessário, realizará o transporte até o local onde possa ser recebido um atendimento especializado.

Eu, _____ (nome do diretor (a)), diretor(a) da escola _____ (nome da escola) autorizo a realização da investigação “Principais dificuldades dos professores de educação física da rede pública estadual do ensino médio” nas

dependências da escola, com a participação do estudante Thiago Machado, orientado pela professora Denise Grosso da Fonseca.

Também fui informado(a) da garantia de receber esclarecimento às perguntas e dúvidas relacionadas ao estudo; da liberdade de poder retirar o consentimento de realização desta pesquisa nas dependências da escola e da segurança da preservação de identidade da escola e de todos os envolvidos no estudo na publicação dos dados no trabalho final.

Agradecemos vossa colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos/informações, que poderão ser realizados através do telefone (51) 8537-7122 ou pelo endereço eletrônico (thiogomachado2020@yahoo.com.br) diretamente com o estudante Thiago Machado, ou (51) 9323-1963, com a orientadora da pesquisa, Denise Grosso da Fonseca.

Nome da escola

Assinatura do(a) diretor (a) da escola

Assinatura da pesquisadora

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2014.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Nome:

Formação:

Tempo de Formação:

Tempo de Docência:

Como se organizam os horários da Educação Física na escola?

Como as turmas se organizam?

Quais são os locais disponíveis para as aulas?

Quais os materiais disponíveis?

Quais os conteúdos trabalhados?

Como é feito o planejamento?

Como é realizada a avaliação?

Quais as principais dificuldades encontradas na escola?

Quais as principais dificuldades encontradas na docência?

Quais estratégias utiliza para superá-las?

Diante a implementação da nova proposta politécnica como a Educação Física se insere?

Quais as dificuldades em relação à nova proposta?
